

DEIXAR MORRER PARA MANTER A ECONOMIA: NECROPOLÍTICA E PANDEMIA¹

LETTING DIE TO KEEP THE ECONOMY: NECROPOLITICS AND PANDEMIC

DEJAR MORIR PARA MANTENER LA ECONOMÍA: NECROPOLÍTICA Y PANDEMIA

José Isaías Venera (1)

(1) *Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), mestre em Educação e graduado em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Formação na Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica. Integrante do grupo de pesquisa "Comunicação, mediação e cultura". Professor da Univille e da Univali. E-mail: j.i.venera@gmail.com*

Eduardo Silva (2)

(2) *Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille) e licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário de Brusque (Unifebe). Integrante do grupo de pesquisa "Comunicação, mediação e cultura". Professor da Univille e da Univali. É professor da Univille – campus São Bento do Sul.*

José Roberto Severino (3)

(3) *Professor associado da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da cultura, atuando principalmente nas seguintes áreas do conhecimento: história, comunicação e políticas culturais. Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. É pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/CULT e do Diversitas/USP.*

Jorge Felipe Henríquez Chamorro (4)

(4) *Aluno do curso de Publicidade e Propaganda da Univille.*

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa em andamento, de natureza qualitativa, que tem como objetivo analisar os discursos do presidente da república, Jair Messias Bolsonaro (sem partido), em suas *lives* semanais, tendo como recorte desde o primeiro vídeo, de 27 de fevereiro de 2020, após o primeiro caso de Covid-19 no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, até o último do primeiro semestre, em 25 de junho de 2020. No centro da análise, estão as relações das falas do presidente com a desinformação, aproximando as práticas discursivas da *necropolítica*, conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Ao todo, foram 15 *lives*

Licença CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.

¹ Este artigo é um recorte da pesquisa em andamento intitulada "A produção discursiva da desinformação e seus efeitos no processo de assujeitamento e subjetivação: da circulação à resistência às *fake news*". Trata-se de uma pesquisa que recebe fomento do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), da Universidade da Região de Joinville (Univille), e caracteriza-se como interinstitucional devido à parceria com o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).



analisadas com foco na pandemia e na denominação, pelo presidente, de *fake news* as críticas recebidas pelos órgãos de imprensa. Com a pesquisa, considera-se que o presidente usa a expressão *fake news* para desqualificar as críticas recebidas, ao passo que produz sistematicamente desinformação para minimizar a pandemia. Sua posição discursiva faz com que os trabalhadores, aqueles que contribuem com a produção, sejam incluídos no devir negro, ou seja, na produção e naturalização da morte que poderia ser evitada.

PALAVRAS-CHAVE: necropolítica; *fake news*; pandemia; Bolsonaro.

ABSTRACT: This article is the result of an ongoing research study of a qualitative nature, which aims to analyze the discourses of the President of the Republic, Jair Messias Bolsonaro (no party), in his weekly live broadcasts. The time frame analyzed is from the first video, on February 27, 2020, following the first case of Covid-19 in Brazil a day earlier, to the last video of the first semester, on June 25, 2020. At the heart of this analysis is the relations between the president's discourses and disinformation, bringing discursive practices closer to necropolitics, a concept developed by Cameroonian philosopher Achille Mbembe. A total of fifteen live broadcasts were analyzed, focusing specifically on the pandemic and the announcement, by the president, that the criticisms received by the press are fake news. The survey showed that the president appears to use the term "fake news" to disqualify the criticisms received, while systematically producing disinformation in an attempt to play down the seriousness of the pandemic. His discursive position means that the workers, those who contribute to production, are included in becoming black, i.e. in the production and naturalization of death that could be avoided.

KEYWORDS: necropolitics; fake news; pandemic; Bolsonaro.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de una investigación en curso, de carácter cualitativo, que tiene como objetivo analizar los discursos del presidente de la república, Jair Messias Bolsonaro (sin partido), en su vida semanal, tomando como recorte el primer video, del 27 de febrero de 2020, luego del primer caso de Covid-19 en Brasil, el 26 de febrero de 2020, hasta el último del primer semestre, el 25 de junio de 2020. En el centro del análisis están las relaciones de los discursos del presidente con la desinformación, acercando las prácticas discursivas a la necropolítica, concepto desarrollado por el filósofo camerunés Achille Mbembe. En total, se analizaron 15 lives con foco en la pandemia y el nombramiento, por parte del presidente, de fake news a las críticas recibidas por la prensa. Con la encuesta, se considera que el presidente utiliza la expresión fake news para descalificar las críticas recibidas, al tiempo que produce sistemáticamente desinformación para minimizar la pandemia. Su posición discursiva hace que los trabajadores, los que aportan a la producción, se incluyan en el devenir negro, es decir, en la producción y naturalización de la muerte evitable.

PALABRAS CLAVE: necropolítica; noticias falsas; pandemia; Bolsonaro.

1. 1. Introdução

Em dezembro de 2019, notícias da China sobre os perigos de uma nova doença infecciosa, a Covid-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), começaram a integrar a nossa realidade. O Brasil registrou o primeiro caso em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro também na América Latina. Quatro meses depois, em 26 de junho, o país já registrava 990 mortes por Covid-19. É nesse recorte de quatro meses que são analisados os discursos do presidente da república, Jair Bolsonaro (sem partido), em suas *lives*² semanais, sempre às quintas-feiras, disponibilizadas na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube.

² Neste texto chamamos de lives os vídeos síncronos (stream) semanais em várias plataformas e canais diferentes não governamentais.

O enfrentamento à crise epidemiológica da Covid-19 não está separado das questões econômicas e políticas, tampouco das discussões de governo da população. Com raras exceções, isolamento social, campanhas em massa para esclarecer a população dos perigos e dos cuidados que se deve ter com a pandemia e, a partir de 2021, vacinação em massa têm sido a regra. No entanto, no Brasil, falas e ações do presidente da república fogem à regra e diariamente são alvo de críticas por boa parte da mídia³ brasileira, tendo algumas delas repercussão em âmbito internacional. Os efeitos do crescimento exponencial de casos de Covid-19 e a crítica de segmentos da imprensa à condução de Bolsonaro à política de enfrentamento da crise epidemiológica podem ser analisados nas suas *lives* semanais. De um lado, a pandemia e, de outro, a mídia são o recorte temático para a análise dos discursos do presidente.

O problema que se apresenta nesse recorte é: em que medida a posição discursiva de Bolsonaro se insere no *modus operandi* de políticas voltadas para deixar morrer, chamada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) de *necropolítica*? Tal conceito desdobra-se da noção de biopolítica elaborada pelo filósofo francês Michel Foucault; tem em Mbembe o acento à política que se volta para a morte, constituindo não a exceção, mas a regra.

O conceito de *necropolítica* aponta não apenas para deixar morrer, mas, sobretudo, para quem deve morrer. A título de exemplo, no caso brasileiro, o discurso do presidente parece se repetir nesse lugar de naturalização daqueles que podem morrer. Em matéria de 20 de maio de 2020 da revista *Radis Comunicação e Saúde*, publicação da Fundação Oswaldo Cruz, ao mesmo tempo em que se evidenciam grupos vulneráveis na pandemia, expõe-se uma política de negacionismo àqueles que podem morrer:

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) reforçou às autoridades brasileiras a necessidade de proteger contra os impactos da covid-19 principalmente os grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco, com pessoas em situação de rua, com sofrimento de transtorno mental, com deficiência, vivendo com [vírus da imunodeficiência adquirida] HIV/aids, [lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, intersexuais e mais] LGBTI+, população indígena, negra e ribeirinha e trabalhadores do mercado informal como catadores de lixo, artesão, camelôs e prostitutas (STEVANIM, 2020, p. 10).

Para Almeida (2018), a morte à qual o conceito de *necropolítica* faz referência não é “apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição” (ALMEIDA, 2018, p. 70). É nesse sentido que o discurso de Bolsonaro de minimizar a pandemia pode ter como efeito fomentar a exposição da população aos riscos de infecção.

A *necropolítica* no Brasil pode também ser explicitada pela via da leitura que o filósofo Vladimir Safatle (2021) fez no ensaio “Bem-vindo ao estado suicidário”, ao evidenciar que o país “mostrou-se definitivamente como é palco da tentativa de implementação de um estado suicida” (SAFATLE, 2021). Para o autor, estaríamos a um passo a mais da *necropolítica*, em que a “população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma” (SAFATLE, 2021). Na sua leitura, os indícios da atual política governamental apontam para um Estado fascista, contudo essa perspectiva de que

³ A expressão *mídia* designa suportes de informação e tem sua emergência no século XX, pelos estudos anglo-americanos de *mass media*, meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão etc.).



a população é descartável se integra ao que o próprio Mbembe (2018) chamar de devir negro⁴, ou seja, que não se resume a uma questão racial, mas a uma posição que todo indivíduo pode ocupar, de se integrar aos números da morte produzida.

Que pesem as diferenças do governo da morte com o Estado suicidário, o que fica cada vez mais nítido, como veremos nas sucessivas falas de Bolsonaro, é a completa falta de empatia com o sofrimento de milhares e milhares de familiares que perderam seus entes queridos para a Covid-19. Se a necropolítica, enquanto política de morte, aponta para a racialização, hoje ela é, em certa medida, condição subalterna, como afirma Pelbart (2008, sp), que “se estende para além dos negros – é o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes”. No contexto da pandemia, podemos acrescentar que todos os trabalhadores na atual política precisam se sacrificar em prol da economia.

É nesse campo teórico que será analisado o discurso de Bolsonaro, tendo como materialidade as suas *lives* semanais após o primeiro caso de Covid-19 registrado no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020. No centro da discussão, problematiza-se a posição discursiva do presidente de negação da pandemia, o que nos permite elaborar as aproximações com a noção de necropolítica.

No primeiro momento, a investigação selecionou os temas mais recorrentes nas *lives* e, depois, concentrou-se nas falas sobre a pandemia e na repetição da expressão *fake news*. A pandemia, enquanto acontecimento que assolou o mundo, já era de se esperar enquanto destaque, mas a expressão *fake news* também foi frequente, por caminhos invertidos ao que o nome faz referência; no contexto das *lives*, o termo tem a função, como veremos, de desqualificar as críticas recebidas por veículos de comunicação, sobretudo a *Folha de S. Paulo* e a Rede Globo. As chamadas notícias falsas, como mostrou Bucci (2019), referem-se aos conteúdos que simulam uma notícia jornalística, mas são falsos.

2. Metodologia e referencial teórico

O objeto de análise são as *lives* semanais do presidente Jair Bolsonaro, de 27 de fevereiro de 2020, após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, até a última do primeiro semestre de 2020, em 25 de junho, totalizando um período de quatro meses. Foram transcritas as falas referentes à pandemia e à imprensa. Para cada *live*, foi criado um arquivo com a transcrição das falas acerca dos dois temas. Ao todo, foram 15 *lives* selecionadas, 43 páginas transcritas, mais de 80 mil caracteres.

A análise deu-se no recorte dos estudos sobre desinformação no campo da comunicação, tendo como pressuposto teórico o conceito de necropolítica de Mbembe (2018). No ensaio *Necropolítica*, o filósofo desenvolve o conceito com base na noção de biopolítica. Nos cursos *Segurança, território e população* (FOUCAULT, 2008b), de 1977-78, e *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008a), de 1978-79, Foucault detalha a política como governo dos outros (governamentalidade), voltada para fazer viver o corpo que produz, útil ao Estado, o que caracteriza também a mudança de um Estado voltado à maquinaria do biopoder. Fazer viver

⁴ Em *Crítica da razão negra*, Mbembe (2014) mostra que a violência do capital transforma cada vez mais seres humanos “em coisas animadas, em dados digitais e em códigos. Pela primeira vez, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo [...]. E este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos de devir-negro do mundo” (MBEMBE, 2014, p. 18).

o corpo útil pressupõe também deixar morrer o corpo inútil, como na relação entre o governo nazista e os judeus.

Na leitura de Mbembe (2018) a respeito da biopolítica, “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2018, p. 5). Ao camaronês, interessam muito mais as condições práticas de se exercer o poder de matar e de se expor à morte, as quais chama de “política como trabalho para a morte” (MBEMBE, 2018, p. 5). O autor questiona a singularidade do extermínio dos judeus ao mostrar que a política como trabalho da morte antecede muito a esse evento, evidenciando a escravidão⁵. Poderíamos dizer que há um devir negro que marca as políticas de morte atuais. Na análise que Foucault (2008b) fez da epidemia da varíola, nos séculos XVIII e XIX, ele evidenciou as técnicas médicas para o controle dos enfermos e da população, o poder do Estado de fazer viver, o qual podemos chamar de biopolítica. No paralelo com a pandemia atual, vimos sistematicamente ações do governo brasileiro e discursos do presidente que vão na contramão de fazer viver, inserindo-se no registro da necropolítica. A pergunta que poderíamos fazer é: quem, para o presidente, deve morrer na pandemia atual?

As falas de Bolsonaro nas *lives* são tomadas como discursos no sentido foucaultiano, ou seja, de que elas são produzidas nas relações de poder que se estabelecem. Quando o presidente questiona o isolamento social, não o faz em relação à eficiência dessa estratégia de conter o vírus; ela é produzida pelas relações estabelecidas no âmbito da política, da economia, da eugenia etc. Em *A arqueologia do saber*, Foucault (1986) diz que não devemos mais

tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Na sequência, é apresentado o campo das discussões sobre *fake news*, desinformação e pós-verdade, e, em momento posterior, são evidenciados discursos de Bolsonaro sobre a pandemia e a imprensa, nos quais podemos ver sistematicamente uma realidade discursiva sendo produzida. Essa realidade tem consequência, sendo produzida por um sujeito na posição de presidente da república cujo discurso se insere no que Mbembe (2018) chama de necropolítica.

3. *Fake news*

Para efeito de sistematização, *fake news* ocupa o lugar semântico da expressão *desinformação*. A expressão, recorrente hoje, refere-se no imaginário social à desinformação deliberada via jornal, televisão, rádio e, o que tem dado frescor ao termo, internet, em razão da sua alta incidência. Contudo, como observa Bucci (2019, p. 38), “as *fake news* simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e os cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto, mas são outra coisa”.

5 Sobre o contexto do holocausto e do extermínio dos corpos e das mentes, conferir *A condição humana*, de Hannah Arendt (2007), e *Modernidade e holocausto*, de Zygmunt Bauman (1998).



O termo popularizou-se com a circulação de conteúdos pelas redes digitais, influenciando resultados eleitorais e acirrando polarizações políticas com exploração, sobretudo, de conteúdos de cunho moral e distorção ou fabricação de fatos. Os dois eventos com os quais o termo *fake news* viralizou foram a repercussão da vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e a saída do Reino Unido da União Europeia, ambos em 2016. Tais eventos influenciaram, no mesmo ano, a *Oxford Dictionaries*, departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, a eleger a expressão *pós-verdade* como a palavra daquele ano.

O prefixo *pós* entra assim no território semântico da verdade para acentuar não o que a define, mas o que quer se passar por ela. A *pós-verdade*, nesse contexto, evidencia os efeitos de uma narrativa falsa, que não tem ancoragem nos fatos (ou estes são estrategicamente distorcidos), adquirindo valor de verdade, uma falsa verdade (*pós-verdade*).

No campo da comunicação, a expressão *desinformação* prevalece em relação ao termo *fake news*. A *desinformação* estrutura-se em um campo discursivo de fabricação da realidade deliberada ou parcialmente sem vínculo com os fatos sociais. A expressão tampouco se reduz a uma narrativa de espelhamento estético do jornalismo. Nesse sentido, o termo *desinformação* apresenta-se mais adequado para a análise do discurso de Bolsonaro tanto do ponto de vista de sua narrativa sobre a pandemia quanto da enunciação do termo *fake news* para contestar críticas que recebe dos órgãos da imprensa.

Os discursos nas *lives* foram transcritos e classificados, identificando como se estrutura a *desinformação* do discurso de Bolsonaro, bem como as implicações que podem ter na sociedade, aproximando-se do que o filósofo Mbembe (2018) chama de necropolítica.

4. Discurso nas *lives* e o trabalho para a morte

Um dos diagnósticos que favoreceram a vitória de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) à época, foi “a difusão de mensagens em grupos, de confiança nos quais as relações entre os participantes vêm sendo construída há tempos – desde 2014 – a partir de interesses que não se restringem à política” (BRUNO; ROQUE, 2019, p. 14). Temas de cunho moral prevaleceram, como a invenção do *kit gay*. A expressão vem como um termo pejorativo para o *kit* de Combate e Prevenção à Homofobia, projeto que está relacionado com o Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), 2003-2010, mas que nunca chegou às escolas.

Bucci (2019) destaca o fator emocional na produção das *fake news*: “Uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) ganha repercussão à medida que corresponda a emoções. Sobre o factual predomina o sensacional – daí o sensacionalismo. Sobre o argumento, o sentimento ou o sentimentalismo” (BUCCI, 2019, p. 44).

As *lives* do presidente operam nesse campo da moralidade e, acrescentaríamos também, de negacionismo, do apelo às emoções em detrimento da razão, da relação entre o discurso e a realidade factual. As *lives* não se caracterizam como *fake news*, na medida em que sua forma não tem aparência de discurso jornalístico, mas sim enquanto *desinformação*.

Em praticamente todas as *lives*, o presidente fez referência à imprensa, na maior parte qualificando como *fakes news* as matérias ou os comentários negativos sobre seu governo. Em

março, no dia 12, quando os noticiários se voltavam para os resultados dos testes de coronavírus, o presidente comenta: “Tem aí algo da imprensa dizendo [...] de negativo, tomara que esse *fake news* fosse verdadeiro né, mas não deu ainda”. Na mesma *live*, ele volta a falar: “Lançaram um *fake news* ali que o governo estaria interessado em aumentar imposto federal”.

O significante *fake news* aparece sistematicamente nesse registro de deslegitimar o discurso da imprensa. Não há apresentação de dados ou clareza a que especificamente a imprensa faz referência. O enunciado *fake news* funciona no mesmo sentido do negacionismo. Ou seja, se vem da imprensa que não está aliada com o governo, já é considerado informação falsa. Aqui, o falso vem como forma de desqualificar fatos que dão sustentação à narrativa jornalística.

Ainda no dia 12 de março, o presidente fala da gravidade da pandemia em diálogo com o ministro da Saúde à época Luiz Henrique Mandetta: “Eu acho, Mandetta, que, se todo mundo tomar um cuidado especial consigo próprio, dá pra levar a vida com tranquilidade”, opondo-se à necessidade de isolamento social. Novamente, a fala do presidente não tem ancoragem em dados científicos. A pergunta que deveríamos fazer é: em razão de qual relação de poder Bolsonaro nega a importância do isolamento social?

Na *live* seguinte, 19 de março, Bolsonaro volta a negar a pandemia: “Para algumas pessoas mais idosas, que têm outros problemas, a infecção torna-se grave e realmente em alguns poucos casos pode levar ao óbito. Então, a preocupação do governo existe”. Mais à frente na *live*, sem se fundamentar em nenhum estudo, Bolsonaro sinaliza que em poucos meses a vida voltaria à normalidade: “A gente espera, acha que em três, quatro meses essa crise, né, esse pico do vírus ele diminuirá e a partir de uns seis, sete meses mais ou menos os países, né, o Brasil no caso entra na normalidade aqui”.

O presidente, para dar respaldo à sua fala, diz:

Conversei hoje com uma autoridade de Israel. Eles acham que no prazo de um mês existe a possibilidade, em um prazo de um mês Israel tem uma vacina para o coronavírus. Se Deus quiser, é isso vai acabar acontecendo, né, sempre pedindo a Deus que abençoe o nosso país, nos ajude aí a enfrentar esse problema, tá. Mas, se Deus quiser, mais uma vez Israel poderá nos socorrer desse mal aí que tem causado um estrago muito grande.

Quem é essa autoridade de Israel? Bolsonaro refere-se a uma autoridade oculta para amenizar a crise dando a entender que no mês de abril de 2020 já se teria uma vacina. A construção do discurso do presidente segue os passos da desinformação, de não apresentar as fontes, de não evidenciar lastro com resultados de pesquisa, já que não traz nenhum fato que seja capaz de sustentar a possibilidade de uma vacina em um curto espaço de tempo.

Chama a atenção a inexistência de fontes. Mesmo quando faz referência a elas, é de forma leviana, assemelhando-se a uma conversa de botequim. Se um presidente conversa com uma autoridade de Israel, não há motivo para ocultar a fonte. Qual é a sua especialidade? Onde atua? Quais são os dados que sustentam essa afirmação?

Ao contrário, percebe-se que esse discurso funciona como uma forma de negar e incentivar a população a não parar de trabalhar. Como se vê logo em seguida:



Bem... Algumas autoridades estaduais estão tomando medidas, tem tido reclamação, tem tido elogio também, mas eu deixo claro que o remédio quando é em excesso pode não fazer bem ao paciente, né. Uns fechando os supermercados, outros querendo fechar aeroportos, outros querendo botar uma barreira na divisa entre os estados, fechando academias. A economia tem que funcionar, tá certo, porque, caso contrário, as pessoas não vão ficar em casa e se alimentar aí do nada, têm que buscar meios de sobrevivência, e, se faltar o emprego, falta aí o pão em casa e os problemas evoluem.

Ao afirmar que a economia não pode parar no contexto da pandemia, acaba demarcando aqueles que podem morrer. A necropolítica, entendida também como demarcação estrutural, ou seja, a naturalização da morte que poderia ser evitada, passa a incluir os trabalhadores. No devir negro da nossa atualidade, até os trabalhadores, aqueles que integram a produção, são computados na política de morte.

Na semana seguinte, no dia 23 de março, Bolsonaro inicia sua *live* queixando-se da imprensa: "Pessoal, eu dei uma coletiva na entrada agora, coletiva de improviso, sempre, e foi na íntegra agora na CNN. Será que a Globo News vai botar na íntegra ou vai pegar aqueles pedacinhos e fazer um verdadeiro circo em cima disso?". O curioso dessa fala é que insistentemente o presidente desqualifica a imprensa que considera sua adversária usando como recurso a desgastada expressão *fake news*, nesse caso ao acusar a Globo News de ter práticas de editar a fala de suas fontes para distorcer os fatos. A desinformação não se caracteriza somente pela fabricação das fontes, mas também pela edição, cortes ou acréscimos nas falas, construindo outra realidade. Mesmo quando o termo *fake news* não é enunciado, é sobre ele que se fala.

Após o ataque recorrente à imprensa, o destaque da *live* volta-se à pandemia e novamente pela via do negacionismo:

Não vou minimizar a gripe. Se bem que dizem aí os infectologistas para 90% da população essa gripe não é quase nada. Não vou falar gripezinha só para me criticar, falar gripezinha não pode, né. [...] Mas é quase nada. A gente vê os estudos aí. Quem tem menos de 40 anos, uma vez infectado, a chance de óbito é próxima a zero, uma para cada 500 pessoas.

Sua estratégia de não apresentar as fontes para suas afirmações segue. Nessa prática discursiva, não é a pandemia seu alvo, mas sim o incentivo ao trabalho, em fazer a engrenagem da economia funcionar, ignorando que isso pode ceifar milhões de vidas.

Foi nesse mesmo dia, 23 de março, que Bolsonaro falou pela primeira vez, em suas *lives*, da cloroquina como medicamento para o tratamento da Covid-19:

O homem, uma mulher, idoso que chega no estado bastante complicado, né, faz o teste, tem o coronavírus. Aplica logo, pô. Outra coisa, esse remédio aqui [cloroquina], sabe quando começou a ser usado aqui no Brasil? Quando eu nasci, 1955. Então ele, medicado, a pessoa medicada corretamente, não tem efeito colateral, medicado corretamente não tem efeito colateral.

Ainda sobre a cloroquina, o presidente continua:

Se Deus quiser, esse aí vai ser confirmado pelo presidente como remédio para curar todos aqueles portadores do coronavírus [...], e daí com o remédio essa histeria que foi plantada aqui no Brasil, não foi a imprensa, não, foi eu, acho o papai Noel, o saci-pererê, né, plantou no Brasil, faça que o povo tenha paz e tranquilidade que eu tenho pregado desde o começo. [...] Temos notícias de vários locais do Brasil que as pessoas tratadas com isso aqui estão dando certo.

A estratégia permanece, de fazer afirmações com supostas fontes (o que não se caracteriza) sem situá-las nem apresentar dados. Ao contrário, o que sobressai é o apelo emocional e moral, como “se Deus quiser”, além das ironias de que a preocupação com o coronavírus teria sido por conta de uma cobertura histórica da imprensa.

O negacionismo presente no discurso de Bolsonaro segue as características dominantes da produção desenfreada da desinformação, conjugando a invenção de fatos com apelos morais. No campo do jornalismo, a fabricação ou distorção de fatos e o apelo às emoções davam as características para demarcar o sensacionalismo na imprensa. Prática antiga que atravessa a história da imprensa, ganha roupagem nova nesses tempos em que os fluxos de informações acontecem sobretudo pela rede. Como uma espécie de saber sabido, que já integra a experiência coletiva da sociedade, reproduz-se diariamente nos mais diferentes espaços de sociabilidade e, nesse caso, compõe o campo discursivo do presidente.

Os sentidos que prevalecem no discurso de Bolsonaro são em defesa do mercado, fomentando a população a negar o isolamento social, além de se queixar do ônus que essas medidas de prevenção e assistência têm causado para os cofres públicos:

Já ultrapassou os 600 bilhões de reais os gastos do governo federal, não só na prevenção da doença, bem como na luta para manutenção do emprego. [...] Por mim, quem tem menos de 40 anos já estaria trabalhando sem problema nenhum, mas não quero polemizar, porque deveríamos partir para o isolamento vertical, mas não quero entrar nessa área aqui.

Em abril, no dia 16, como era de se esperar, a pandemia foi o principal assunto da *live*, e novamente o presidente voltou a apresentar informações sem ancoragem em fatos ou estudos: “Tudo mundo diz, quase unanimidade, que 60% dos brasileiros já foram ou serão infectados, e a partir desse momento é que nós podemos praticamente dizer que ficamos livres do vírus”. No dia 23 de abril, ganham centralidade as informações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pela Caixa Econômica Federal, para minimizar os efeitos econômicos com a pandemia.

No dia 30 de abril, novamente são apresentados dados soltos, levianos:

Acredita-se que a grande maioria da população, acredita-se que 80% da população vai contrair e vai ser assintomático, nem sabe que contraiu, agora os 15, 20% restantes uma parte pequena desses, tendo em vista comorbidade, ou seja, doenças e tendo em vista a idade poderão ter problemas que inclusive deságue aí no óbito, lamentavelmente.

Em seguida, Bolsonaro volta a dar pistas de que sua preocupação maior não é a pandemia – ela vem como algo que não pode ser evitado. O cuidado teria de ser com os empregos: “Repetindo, 70% da população vai ser infectada, e, pelo que parece, todo o



empenho para achatar a curva praticamente foi inútil. Agora, consequência disso, efeito colateral disso, desemprego. O povo quer voltar a trabalhar”.

Na *live* seguinte, 14 de maio, o destaque foi para a crítica ao *lockdown*. Bolsonaro considera que “o Brasil não suporta mais por parte de alguns Estados ter esse bloqueio tão grande no comércio”, referindo-se aos empregos e à economia. “Agora essa maneira radical de proporcionar *lockdown*, fecha tudo, não dá certo, não dá certo. Não deu certo em lugar do mundo”.

O modo como Bolsonaro enuncia sua sentença define o campo discursivo em que está inserido e no qual seu discurso cumpre uma função, de fazer emergir seu objeto (nesse caso, a negação ao *lockdown* como medida preventiva à pandemia). O negacionismo presente no discurso, desde o início da pandemia, tem uma função na qual o sujeito-autor vem como vetor dessa relação. A negação é a afirmação da primazia dos interesses do chamado mercado, ao qual o corpo do trabalhador se torna essencial, seja para manter a produção, seja para sacrificá-lo na exposição à pandemia.

Na quinta-feira de 25 de maio, Bolsonaro volta a defender a cloroquina e novamente faz referência a supostos relatos que obteve de médicos para respaldar a eficácia do medicamento que teria salvado vidas, usado por muitos, segundo o presidente, de forma camuflada no Sistema Único de Saúde (SUS). Uso camuflado, porque pela ciência não há nenhum respaldo de eficácia da cloroquina para o tratamento de Covid-19.

Em 4 de junho, a cloroquina é também o centro, e o presidente traz sua suposta eficácia em aplicações feitas em Manaus, o estado que viveu em 2021 a maior crise com a pandemia: “Olha, fizeram uma dessas experiências lá, chama-se protocolo. Lá em Manaus, pegaram pessoas já em estado grave e bastante idosos e deram a dose três ou quatro vezes além do limite. Obviamente que o homem está 100%”.

Os ataques à imprensa também seguem. Nessa mesma *live*, Bolsonaro pergunta: “Vocês querem derrubar o governo?”, a respeito das críticas da imprensa ao governo e da forma como os veículos noticiam as manifestações autodenominadas “antifascistas”, que, segundo Bolsonaro, “na verdade são terroristas”. Os signos no discurso não estão ligados por seu léxico, ou por uma relação entre palavras e coisas, mas pelas relações de poder estabelecidas. Nesse caso, as manifestações que em outro momento poderiam ser significadas como direito do povo de protestar numa democracia, de exercer a liberdade de expressão individual ou coletiva, nessa relação atual passam a ser significadas como ato terrorista.

Na semana seguinte, a pandemia e a imprensa tomam conta da fala de Bolsonaro. Quanto à cobertura da Globo, o presidente considera que a emissora é sempre contrária às ações governamentais, a ponto de chamá-la de TV Funeral. O imbróglio dessa vez foi acerca da decisão do governo de parar de apresentar diariamente o número de mortos por Covid-19. Sobre as críticas, o presidente comenta na *live*:

A TV Globo sempre potencializa qualquer coisa contra a gente, é o espaço da televisão que não tem nada para falar de bom de nós do Brasil, tudo é contra, mas os dados começaram a ser apresentados mais tarde, mas dentro do dia. Não serviu para fazer o Jornal Nacional, né. A TV Funeral aí não teve espaço.

No dia 18 de junho, Bolsonaro inicia sua fala afirmando que é *fake news* a matéria do G1, portal da Globo, sobre a ação da polícia que cumpre mandado na casa do funcionário do gabinete de Flávio Bolsonaro. Segundo Bolsonaro, na *live*, “estariam fazendo uma busca e apreensão numa casa minha, em Bento Ribeiro. A imprensa dizia, o G1 dizia, toda a imprensa quase replicou isso aí que essa casa constava no imposto de renda”. A matéria informa que a polícia cumpre mandado, apresenta fontes e, na versão atualizada, publica a correção de que o “G1 errou ao informar na publicação que a casa constava em declaração de bens de Jair Bolsonaro”. A imprensa profissional não está isenta de erros, mas não se pode chamar de *fake news* uma notícia construída com base em fatos e fontes, e, quando há um deslize de apuração, a correção vem em forma de errata. A errata não apara a repercussão de uma informação mal apurada, mas esta adquire outro valor, não podendo ser classificada como *fake news*.

Na última quinta-feira de junho, dia 25, a *live* mais uma vez deu destaque à pandemia. De março a junho, Bolsonaro fez sucessivamente comentários sem respaldo técnico nem científico que legitimasse seu discurso, mantendo suas convicções mesmo que a realidade mostrasse outra coisa. Quanto à imprensa, passou a ocupar esse lugar de fantasma que insiste em mostrar que seu discurso, o de Bolsonaro, não se sustenta.

5. Conclusão

Com esta pesquisa inicial, foi possível identificar os sentidos que predominam no discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia e a imprensa. De um lado, a pandemia é minimizada, entendida como uma gripezinha. Por outro, quando o número de mortos de fato começou a assustar, a ação foi parar sua contagem. Não somente Bolsonaro tratou com naturalidade o crescimento do número de mortos pela pandemia, o que aponta para uma política de morte, como também quis interferir na representação técnica das pessoas acometidas pela Covid-19.

Bolsonaro, a quem pesa sobre si acusações de produzir *fake news*, sobretudo a partir das eleições de 2018, acusa insistentemente a imprensa de desinformação. Enquanto isso, produz uma série de falas sobre a pandemia sem respaldo na ciência e sem apresentar fontes para seus argumentos.

A recusa sistemática da gravidade da pandemia em razão da repercussão que o discurso de um presidente tem contribui para o afrouxamento das medidas de segurança, sinalizando também quem é matável. Para conectar o discurso de Bolsonaro nas *lives* com ações do governo, basta lembrarmos a propaganda lançada no primeiro semestre de 2020 intitulada “O Brasil não pode parar!”. Nela, pela via da necropolítica, podemos perguntar: quem é matável para o governo? A resposta está ilustrada na propaganda: a verdureira, que é negra; o ambulante, que é negro; a profissional de saúde, que é negra; o professor, que é negro. Quando são mostradas as pessoas sendo atendidas nos pronto-atendimentos, elas são negras.

A exposição da peça publicitária do governo ilustra a proposição central dessa análise pela via da necropolítica: os próprios trabalhadores, aqueles que são úteis ao processo de produção para a acumulação do capital, são também inseridos no devir negro. Como vimos em vários dos discursos do presidente em suas *lives* semanais, a economia não pode parar. Poderíamos dizer que a economia não pode parar na política neoliberal, mas, para sustentar os interesses do mercado, os trabalhadores passam a ser matáveis. O discurso de Bolsonaro é



a naturalização dessa verdade, de que é preciso deixar morrer os trabalhadores para manter saudável a economia em sua forma eugênica.

6. Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. A ponta de um iceberg de desconfiança. In: BARBOSA, Mariana (org.). Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 13-23.
- BUCCI, Eugênio. New não são fake – e fake new não são news. In: BARBOSA, Mariana (org.). Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37-48.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PELBART, Peter Pál. O devir-negro do mundo. Cult, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-devir-negro-do-mundo/>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/004>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- STEVANIM, Luiz Felipe. Vulnerabilidades que aproximam. Radis Comunicação e Saúde, n. 212, p. 10-17, maio 2020. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis212_web.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.